

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS**

**Departamento de Ciência
Política**

Graduação em Gestão Pública

André Álvares Valente de Oliveira Zille

O Liberalismo e as políticas sociais do governo FHC – Compatível com os ensinamentos de Os Fundamentos da Liberdade?

Belo Horizonte

2018

André Álvares Valente de Oliveira Zille

**Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Políticas da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Minas Gerais como requisito parcial
para obtenção do bacharelado em
Gestão Pública.**

Orientador: Frederico Poley

Belo Horizonte

2018 André Álvares Valente de Oliveira Zille

André Álvares Valente de Oliveira Zille

**Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Políticas da
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de
Minas Gerais como requisito parcial
para obtenção do em Gestão Pública.**

Orientador: Frederico Poley

BANCA EXAMINADORA

Frederico Poley

Carlos Ranulfo Felix de Melo

11/12/2018

Aos que acreditam num debate racional e saudável de ideias.

Agradecimentos

Seria impossível mencionar todas as pessoas que tornaram este trabalho possível. Muitas, eu não tenho contato há mais de dez anos, enquanto outras eu encontrei apenas uma ou duas vezes durante toda a minha vida, mas merecem estar igualmente aqui. Sendo assim, alguns nomes faltarão, não pela falta de importância, mas pela inviabilidade.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Marcos e a Ana Clara, por me darem educação e honestidade, e por sempre terem instigado minha curiosidade e esforço, sem dúvida qualidades que me fizeram concluir esta obra. Agradeço também aos meus avós, Adalcy, Clara, Roberto e Neusa, por sempre terem me ensinado o que é certo e o que é errado. À minha irmã e debatedora, Mariana, agradeço à paciência e amizade.

Ao professor Frederico, pelas contínuas reuniões, que me serviram não apenas nas dicas, mas nas injeções de ânimo quando acreditava que não conseguiria jamais terminar.

Aos meus amigos de toda a vida e todas as escolas de pensamento por me provarem que há pessoas capazes, educadas e bem-intencionadas nas mais diversas ideologias.

Belo Horizonte

2018

Resumo:

Este trabalho analisa se as ideias acerca de quatro áreas de políticas sociais – Previdência, Assistência Social, Saúde e Educação - contidas no livro *Os Fundamentos da Liberdade*, publicado por Friedrich August von Hayek em 1960, foram de implantadas durante os oito anos em que o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso. Antes de analisar cada uma destas áreas separadamente, é feita uma exploração sobre as ideias que influenciaram ou sofreram influência de Hayek, bem como suas posições de maneira geral com relação à política e a economia. Também é analisado o próprio governo Fernando Henrique Cardoso e seus antecedentes, bem como o que pode ou não tê-lo influenciado a tomar as decisões que tomou.

Palavras-chave: Políticas sociais; FHC, Governo; Hayek, F.A.; Liberalismo; Neoliberalismo.

Abstract:

This paper analyzes whether ideas about four social policy areas - Social Security, Social Assistance, Health, and Education - explained in the book *The Constitution of Liberty*, published by Friedrich August von Hayek in 1960, were implemented during the eight years in the eight years of the presidency of Fernando Henrique Cardoso in Brazil. Before analyzing each of these areas separately, the ideas that influenced or influenced Hayek are explored, as well as his general positions on politics and economics. The paper analyzed the government Fernando Henrique Cardoso and its background, as well as what may or may not have influenced it to make the decisions it made.

Key-words: FHC, Presidency; HAYEK F.A.; Liberalism; Neoliberalism; Social Politics.

Lista de abreviaturas e siglas:

BPC: Benefício de Prestação Continuada

SAC: Serviço de Ação Continuada

CPMF: Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras

CSN: Companhia Siderúrgica Nacional

CRAS: Centro Regional de Assistência Social

CW: Consenso de Washington

Embraer: Empresa Brasileira de Aeronáutica

FSE: Fundo Social de Emergência

FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

LRF: Lei da Responsabilidade Fiscal

LvMI: Ludwig von Mises Institute

MTI: Massachusetts Institute of Technology

NHS: National Health Health Service

ONU: Organização das Nações Unidas

MPS: Mont Pèlerin Society

NOB-Suas: Norma Operacional Básica da Assistência Social

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRN: Partido da Reconstrução Nacional

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

SUS: Sistema Único de Saúde

TACE: Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos

URV: Unidade Real de Valor

Sumário

1. Introdução: 11
2. Liberalismo: 13
 - 2.1 Breve nota sobre o Liberalismo: 13
 - 2.2 O Neoliberalismo: 15
 - 2.3 O Consenso de Washington: 18
 - 2.4 Falácia do Escocês de Verdade?: 19
3. O Liberalismo e as ideias de F.A. Hayek: 22
 - 3.1 A Escola Austríaca: das origens até os dias de hoje: 22
 - 3.2 Hayek e a economia: 26
 - 3.3 Hayek e a filosofia política: 32
4. O Plano Real e o Governo FHC: 37
 - 4.1 Antecedentes: o Plano Real e a estabilização da moeda no Brasil: 37
 - 4.2 FHC como presidente: 39
5. Políticas sociais no governo FHC e Os Fundamentos da Liberdade: 45
 - 5.1 Compreendendo as políticas sociais no contexto analisado: 45
 - 5.2 Previdência: 47
 - 5.3 Educação: 48
 - 5.4 Saúde: 51
 - 5.5 Assistência Social: 54
6. Considerações finais: 57
7. Bibliografia: 59

1. Introdução

O governo FHC é tido frequentemente como um governo *neoliberal*. Diversos estudos têm sido feitos ao longo das duas últimas décadas para tentar definir o que seria o neoliberalismo e porque este período teria adotado essas práticas.

A metodologia usada tem sido a seguinte: uma comparação do que foi feito com os escritos de F.A. Hayek e Milton Friedman, normalmente sequer sem uma discussão se esses autores seriam ou não neoliberais de fato. Argumenta-se que as ideias defendidas por estes autores não teriam sido colocadas em todo na prática, mas mesmo assim conclui-se que o governo foi neoliberal, normalmente sem considerar a heterogeneidade tanto do governo quanto dos autores. Frequentemente a única fonte de Hayek nesses estudos é o panfletário *O Caminho da Servidão*, um livro publicado em 1944, ou seja, quase 50 anos antes da morte do autor. Para um estudo mais amplo tanto do governo FHC quanto de Hayek, utilizaremos também outro de seus trabalhos: *Os Fundamentos da Liberdade*. Também, para não expandir demais o tema, apenas um campo do governo será analisado: as políticas sociais, assunto que Hayek foi bastante objetivo em *Os Fundamentos da Liberdade*

Uma abordagem deste livro torna-se importante por uma série de motivos. Duas vezes mais longo que *O Caminho da Servidão*, *Os Fundamentos da Liberdade* não é o livro mais famoso do economista austríaco, mas é considerada por alguns como sua mais relevante obra.

Os Fundamentos da Liberdade também foram publicados em um contexto totalmente diferente de *O Caminho da Servidão*. Este é um livro publicado em 1944, escrito numa época que o fim da Segunda Guerra Mundial ainda era incerto. Vendo diversos pontos em comum entre a Grã-Bretanha e a Alemanha Nazista, Hayek temia que o país que o acolheu sofresse o mesmo destino de sua terra natal (na época a Áustria havia sido anexada por Hitler). Publicado 16 anos depois, *Os Fundamentos da Liberdade* foi escrito e lançado no auge da Guerra Fria. O objetivo do livro não é apenas criticar o

planejamento estatal, mas sim também declínio do Estado de Direito e da liberdade no mundo ocidental durante boa parte dos cem anos anteriores à sua publicação. Sem a pretensão de medir o sucesso ou o fracasso ou o governo em questão nem das ideias de F.A Hayek, este trabalho tem como objetivo de descobrir se e até que ponto o período em questão adotou as ideias deste pensador.

Este trabalho se divide em cinco partes, além desta introdução: a primeira faz uma breve revisão sobre o liberalismo. A segunda trata sobre algumas das ideias de F.A. Hayek. A terceira faz uma revisão sobre o governo FHC de uma forma geral. A quarta tem como objetivo uma análise das políticas adotadas durante o período no âmbito das políticas sociais, especialmente Previdência, Saúde, Educação e Assistência Social e analisar sua consonância com um dos trabalhos de Hayek: Os Fundamentos da Liberdade. Na quinta, são apresentadas as considerações finais.

2. Liberalismo

2.1 Breve nota sobre o Liberalismo.

“Liberalismo é a ideia mais bem-sucedida dos últimos 400 anos“

The Economist, 2017

Liberalismo não é um conceito facilmente definido. Segundo Merquior Liberalismo é um fenómeno histórico, com muitos aspectos que abrangem autores muito diferentes, sendo, portanto, mais sensato tentar descrevê-lo que conceituá-lo. Na mesma linha, Bobbio (1997) em seu Dicionário de Política começa a o verbete do liberalismo com a frase “Uma definição difícil”, também afirmando em seguida que se trata antes de tudo de um conceito histórico.

É verdade que alguns autores tentaram dar uma definição mais rígida ao termo. Mises (1949) afirma que Liberalismo é “o grande movimento político e intelectual que substituiu os métodos pré-capitalísticos de produção pela livre empresa e economia de mercado; o absolutismo de reis ou oligarquias pelo governo representativo constitucional; a escravatura, a servidão e outras formas de cativeiro pela liberdade de todos os indivíduos.”. Já Feulner (2011) o classifica como a defesa “do livre mercado, governo limitado e liberdade pessoal perante o império da lei”.

Em um artigo de 2017, a revista britânica autointitulada liberal The Economist argumentou que “o liberalismo se dividiu em duas correntes independentes: o liberalismo clássico, que advoga o livre-mercado, e o liberalismo de esquerda, que prega pelas liberdades civis”.

O liberalismo clássico encontra suas raízes em autores do século XVI e XVIII como John Locke e Adam Smith e David Hume, e continuou sendo desenvolvido no século XIX por autores como John Stuart Mill, Lord Acton e Wilhelm von Humboldt. Com relação ao papel do Estado, o economista americano Milton Friedman (2006) afirma que o entendimento do Liberalismo Clássico é que “a justificativa para a ação do governo é prevenir a coerção e

promover a cooperação entre os indivíduos”. Do ponto de vista deontológico, a visão de Friedman pode parecer problemática. O Estado não é por definição o monopólio da coerção? Que legitimidade ele teria impedir a coerção quando ele mesmo se diz monopolizador dela? De onde vem o direito de instituição que visa promover a cooperação e a segurança dos cidadãos de nos obrigar a participar dela?

Essas e outras questões acerca da legitimidade do Estado foram tratadas pelo já citado Locke em seus Tratados de governo e, mais recentemente, pelo filósofo americano Robert Nozick em sua obra Anarquia, Estado e Utopia (2011). Para Nozick, o Estado surgiria normalmente pelo processo Smithiano da “mão invisível” do mercado, sendo segundo ele, o único monopólio natural que surgiria num ambiente de livre mercado. Em outras palavras, uma agência de proteção surgiria do Estado de Natureza e se tornaria o Estado quando a mesma se tornasse totalmente dominante em um determinado território. Ainda mais que necessário, o Estado seria inevitável em uma sociedade complexa, podendo surgir pelas próprias interações dos homens sem violar os direitos naturais dos seres humanos. Nozick era, portanto, um *jusnaturalista*, ou seja, um defensor de direitos naturais já existentes, anteriores à legislação positiva.

A obra de Nozick foi uma resposta a John Rawls, outro teórico liberal e colega de Nozick em Harvard. Em Uma Teoria de Justiça (2000), Rawls defendia um “contrato social justo”. As necessidades dos indivíduos, segundo Rawls, deveriam ser tratadas igualmente, sendo acessíveis a todos os cidadãos e sem privilegiar empresas e indivíduos em situação favorável. Para Rawls, era papel do Estado fornecer serviços como saúde, educação, além de redistribuir parte da riqueza para que aqueles em situação de desvantagem fossem capazes de competir sob pé de igualdade perante os favorecidos, o que o professor de Harvard chamou de “princípio da diferença”. Esta é a base do seu “liberalismo igualitário”: ao assegurar a existência de instituições que promovessem a justiça social, o homem seria livre para competir em pé de igualdade com qualquer outro.

Segundo Nozick, contudo, não há compatibilidade entre a liberdade individual e a distribuição de recursos: para o americano, qualquer Estado maior que o mínimo era injustificável e feriria direitos individuais já existentes. Ainda que admitisse a força dos argumentos de Rawls, seu colega de departamento em Harvard afirmou que as ideias de Uma Teoria de Justiça eram uma forma de escravidão: uma parte da população estaria trabalhando para financiar recursos para outra. Isto seria indefensável moralmente, pois esta parte pode preferir ficar com esses recursos, e Rawls não dava a eles essa liberdade.

As conclusões do liberalismo de Rawls estão intrinsecamente relacionadas com o liberalismo de esquerda, ainda que o autor tenha rejeitado o socialismo. Suas ideias são, portanto, alheias ao que este trabalho pretende analisar.

2.2O Neoliberalismo

Não menos confuso que o termo liberalismo, é seu “sucessor”, ao menos na área econômica, o Neoliberalismo. A heterogeneidade do pensamento neoliberal acaba fazendo com que este seja normalmente apontado como um estereótipo da economia neoclássica mainstream. O pensamento desta economia neoclássica mainstream é normalmente definido pela adoção dos seguintes conceitos: individualismo metodológico, utilidade subjetiva, homem econômico racional, alocação de recursos eficiente e o conceito de equilíbrio geral da economia.

Todavia, nem sempre os economistas neoliberais fazem parte desta corrente de pensamento. A própria escola de pensamento do criador da Mont Pelèrin Society (ver adiante), F.A. Hayek, a Escola Austríaca, é normalmente vista como uma corrente heterodoxa dentro da academia. Apesar disso, muitos dos conceitos desenvolvidos por seus membros foram sendo absorvidos pela economia mainstream, e nem todos os seus membros são igualmente heterodoxos. Hayek parece ter se aproximado muito mais da Escola

Neoclássica e da ortodoxia que seus colegas Ludwig von Mises e Murray Rothbard, por exemplo.

O termo neoliberalismo aparenta ter sido cunhado pelo economista alemão Alexander Rüstow durante o chamado *Colóquio Walter Lipmann*, ainda na década de 1930. Esse movimento contou com intelectuais importantes da época, tais como os economistas austríacos Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, o filósofo francês Raymond Aaron e o polímata húngaro Michael Polanyi, bem como o próprio Walter Lipmann. Seu objetivo era discutir saída frente às dificuldades que as ideias liberais enfrentavam, causadas pela Grande Depressão e pela ascensão de regimes totalitários, que seriam, nas palavras de Hayek, “o oposto do liberalismo” (1960, p. 167).

Ainda que tivesse como objetivo geral o combate ao totalitarismo nazista e soviético, o desenvolvimento do Neoliberalismo que se seguiu não foi de forma alguma homogêneo. O movimento surgiu e se solidificou por toda Europa Ocidental e pelos Estados Unidos em diversos campos acadêmicos, sem, contudo, obter êxito político por muito tempo. Uma metodologia sugerida para classificar ao menos parte das ideias e autores neoliberais é ver sua conexão com a chamada *Mont Pelèrin Society* (MPS).

Uma sucessora do Colóquio Walter Lippmann, a MPS foi fundada por Hayek em 1947, que a presidiu até 1961 e tem como objetivo “facilitar o intercâmbio de visões entre mentes inspiradas por certos ideais e conceitos em comum; contribuir a preservação e a melhoria da sociedade livre” segundo sua página virtual. Dentre os membros da organização estão o filósofo austríaco Karl Popper, o escritor peruano Mario Vargas Llosa, ganhador do Prêmio Nobel da literatura, os economistas Milton Friedman e James M. Buchanan e diversos outros. A sociedade já contou, durante mais de 70 anos, com mais mil membros.

Durante boa parte de sua história, os membros da MPS se viram confinados ao ambiente acadêmico. Foi só com o primeiro choque do petróleo, em 1973, que as ideias neoliberais passaram a ter relevância na prática. Um dos primeiros experimentos neoliberais foi o do Chile, durante o regime militar comandado por Augusto Pinochet. O caso chileno foi capitaneado pelos

chamados *Chicago Boys*, grupo de economistas que estudaram na Universidade de Chicago sob a supervisão de Milton Friedman. Esses economistas idealizaram diversas mudanças no Estado e na sociedade chilena durante o período. Posteriormente, Hayek teve a oportunidade no Reino Unido de Margaret Thatcher de ver parte de suas ideias sendo aplicadas. Durante aquele que foi o mais longo governo britânico do século XX, ficou conhecido o princípio TINA, acrônimo para *There is no alternative* (em português, não há alternativa). A frase, atribuída ao polímata inglês e defensor do laissez-faire radical Herbert Spencer, demonstrava a convicção dos defensores das políticas neoliberais no sucesso de suas ideias.

Indo nessa linha, o cientista político americano Francis Fukuyama publicou o livro *The End of History and the Last Man* (1992), que argumenta que o capitalismo liberal e a democracia seriam a forma final da evolução sociocultural da humanidade, e dificilmente serão substituídos posteriormente. A combinação de capitalismo liberal e democracia era considerada o melhor arranjo institucional possível também por Hayek.

Em 1982, vitória do Partido Republicano e de Ronald Reagan nos EUA. O chamado "*Reaganomics*", política econômica de seu governo, consistia em quatro objetivos: a redução do crescimento dos gastos estatais; a redução dos impostos tanto sob a renda quanto sob os ganhos de capita; a redução da regulação estatal na economia; e a redução das taxas de inflação pelo controle do aumento da oferta de moeda. Como objetivo, essas medidas pretendiam aumentar as taxas de poupança e investimento; aumentar o crescimento econômico, balancear o orçamento governamental; restaurar a saúde do mercado financeiro e reduzir a inflação e a taxa de juros. Ainda que todas as quatro medidas tenham sido tomadas até certo ponto, Reagan e seu governo foram incapazes de fazê-las na extensão desejada por ele e por seus apoiadores.

2.3O Consenso de Washington

Com algum atraso, outros países da América Latina além do Chile também se viram forçados a implantar algumas das ideias Neoliberais. Em 1989, ano em que Reagan deixou o governo americano e faltando um ano para o fim dos períodos Thatcher no Reino Unido e Pinochet no Chile, são publicadas pelo economista inglês John Williamson dez recomendações para os países da América Latina. Estes países enfrentavam graves crises após uma “década perdida”, e o “Plano Brady” (referência ao então secretário do Tesouro Americano Nicholas Brady), que refinanciaria as dívidas dos EUA com os países da região estava para ser lançado. Deu-se a essas recomendações o nome de “Consenso de Washington” (CW). As dez recomendações feitas por Williamson (2009) eram:

- Disciplina fiscal
- Reordenamento da prioridade dos gastos públicos.
- Reforma tributária
- Liberalização das taxas de juros e do sistema financeiro
- Taxas de câmbio competitivas
- Liberação do comércio
- Liberação do investimento estrangeiro direto
- Privatizações
- Desregulamentação
- Garantia dos direitos de propriedade.

Williamson, com passagens tanto em instituições como FMI, Banco Mundial e a ONU como em universidades renomadas como Princeton e o MIT não ignorou os estudos da MPS e parece ter se baseado em ao menos parte deles para criar suas recomendações.

No Brasil, então assolado pela inflação alta e crise econômica, a implementação de ao menos parte dessas recomendações começou um ano depois do Consenso de Washington, com a eleição de Fernando Collor de Mello, pelo PRN. O novo presidente começou o processo de abertura da

economia para o mercado global, além do Programa Nacional de Desestatização. Com o impeachment de Fernando Collor, assume seu vice, Itamar Franco, do PMDB. Durante seu governo, foram privatizadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Embraer. Já as medidas do governo FHC serão discutidas no capítulo 4.

O consenso permanece polêmico e é, segundo o próprio criador do termo, frequentemente mal interpretado como uma defesa radical ao liberalismo econômico. Segundo Williamson, as ideias principais do CW são basicamente a economia mainstream, tendo sido inclusive adotadas por governos de esquerda, como teria feito o ex-presidente Lula, do PT, no Brasil. Williamson também acredita que é um erro tratar as ideias do Consenso de Washington como sinônimo de Neoliberalismo, ainda que admita as influências da MPS em seu trabalho.

2.4 Falácia do Escocês de verdade?

Uma falácia muito comum é a Falácia do escocês de verdade. Segundo o professor Antony Flew, ela se dá da seguinte forma:

Imagine Hamish McDonald, um escocês, sentado com seu *Glasgow Morning Herald* e vendo um artigo sobre como o "Maníaco Sexual de Brighton Ataca Novamente". Hamish está chocado e declara que "Nenhum escocês faria tal coisa". No dia seguinte ele se senta para ler seu *Glasgow Morning Herald* novamente; e, desta vez, encontra um artigo sobre um homem de Aberdeen cujas ações brutais fazem o maníaco sexual de Brighton parecer quase cavalheiresco. Esse fato mostra que Hamish estava errado em sua opinião, mas ele irá admitir isso? Provavelmente não. Então, ele diz: "Nenhum escocês *de verdade* faria tal coisa".

Podemos sistematizar o argumento do Sr. McDonald da seguinte maneira:

1 O indivíduo A realizou a atividade B.

2. Nenhuma pessoa que é C realiza B.

3 Logo, A não é C!

Não é muito difícil compreender os problemas do raciocínio do Sr. McDonald. O criminoso deixou de nascer e viver na Escócia por conta da barbaridade que cometeu? Evidentemente não.

Um trabalho que queria descobrir se um determinado A pode ser considerado B por ter feito ou não C (i.e., descobrir se é correto *classificar* A como B) terá de tomar extremo cuidado para não cair na referida falácia. No caso de um termo com grande variação de definições como liberalismo, o rigor deve se tornar ainda maior.

Como já foi visto, as ideias liberais apresentam variedade, e com relação às políticas sociais e ao welfare state não é diferente. Esping-Andersen (1990) prevê um sistema de welfare state liberal, constituído pelas seguintes características: baixa desmercadorização, presença residual do Estado, foco na assistência social, em especial para os pobres e necessitados e um benefício mínimo. Este modelo não é, contudo, um consenso, seja com relação às suas funções e sua amplitude, seja acerca de sua própria existência. Ludwig von Mises, mentor de Hayek, afirma que “Nenhuma sociedade civilizada permite insensivelmente que os pobres e os incapacitados morram de fome” (1951). Mises argumenta que sem o Estado a assistência social não desaparecerá – só será feita de forma privada e mais eficiente, pela caridade. Para Mises, o seguro social estatal tende a gerar cidadãos mais despreocupados em gerar riqueza e afirma que se trata de um sistema que estimula a doença, não a combate.

Partindo de uma linha ética, Robert Nozick (2011) não acredita que o governo não tem o direito de tirar recursos de determinados cidadãos e transferi-los para outros. Nozick defende que a sociedade seja regida pelo princípio de "cada qual conforme for escolhido, a cada qual na forma que for escolhido" (2011).

Já a filósofa americana Ayn Rand (2012), embora não se oponha à legalidade da caridade, diverge um pouco de Mises e Nozick ao não ver a caridade como dever moral. "Nenhum homem deve viver pelo outro" (2012), argumenta Rand, e pessoas que não praticam caridade não são piores ou melhores que as outras apenas por isso.

Na tentativa evitar esse tipo de erro, já havia sido definido que o trabalho focaria apenas na questão do liberalismo econômico e não social. A escolha de Hayek, por sua vez se dá pelo fato de este ser, como já foi visto, o fundador da Mont Pèlerin Society, importante centro difusor do pensamento liberal desenvolvido durante a segunda metade do século XX.

Em algumas de suas obras, Hayek defende a existência de um welfare state liberal. Como será observado, contudo, Hayek é ele próprio, um autor consideravelmente heterogêneo, tendo, por exemplo, criticado a existência de qualquer tipo de benefício estatal em entrevista ao jornalista conservador americano William Buckley (1977), aproximando-se, portanto, da visão de Mises, Nozick e Rand. Para resolver o problema da heterogeneidade do próprio autor, o foco será em um de seus trabalhos, Os Fundamentos da Liberdade.

3. O Liberalismo e as ideias de F.A. Hayek

“Perdi muito tempo. Só deveria ter lido Hayek”.

Roberto Campos, em conversa com o ex-ministro da Fazenda Delfim Netto (IPEA, 2017).

Friedrich August von Hayek é um pensador bastante diverso, tendo escrito sobre assuntos que passam Economia e Ciência Política até a Psicologia e Epistemologia. Sua carreira e suas ideias não podem ser consideradas, contudo, homogêneas, e variaram significativamente durante todo o século XX. Economista de formação, área pelo qual recebeu o Prêmio Nobel em 1974, Hayek, normalmente associado com a Escola Austríaca e com a Escola de Chicago, foi professor na London School of Economics por quase 20 anos, tendo ainda dado aula nas Universidades de Chicago e Friburgo. A maior parte do seu trabalho a partir da década de 1940 foi, entretanto na área da filosofia política, ainda que o autor continuasse se vendo primariamente como economista.

As ideias Hayekianas serão analisadas separadamente a seguir no que tange na economia e a filosofia política. Para que haja coerência entre esta parte do trabalho e a parte 5, a principal referência será seu livro Os Fundamentos da Liberdade. Entretanto, outros livros e textos publicados pelo autor também serão eventualmente utilizados.

3.1 A Escola Austríaca: das origens até os dias de hoje

Normalmente são apontados como precursores das ideias que originaram a Escola Austríaca os franceses Jean Baptiste Say, autor da chamada Lei de Say, que prevê a estabilidade entre oferta e demanda, e Claude Frédéric Bastiat, autor do panfleto A Lei e defensor de direitos naturais de propriedade quase absolutos. São também apontados como precursores

escolásticos da Escola de Salamanca, que teriam começado a definir a teoria do valor subjetivo e da utilidade ainda durante o século XVI. No entanto, sua origem formal ocorre na segunda metade do século XIX, com o austríaco Carl Menger, ainda que este provavelmente não tenha tido contato direto com os escritos de nenhum desses autores.

Durante aquele período, a economia se debruçava no chamado paradoxo da água e do diamante. Ponderado por Adam Smith, o paradoxo busca explicar porque a água, muito mais útil que o diamante, valia muito menos. Smith, bem como outros economistas liberais como David Ricardo, acreditava que o valor de cada produto era determinado pelo trabalho utilizado na sua criação (Teoria do Valor Trabalho). Baseado nos estudos dos economistas clássicos, especialmente do britânico David Ricardo, Karl Marx utilizou a Teoria do Valor Trabalho para desenvolver sua teoria econômica. As críticas ao capitalismo cresciam de forma desenfreada.

Normalmente considera-se o ano de 1871 como o nascimento da Escola Austríaca, corrente de pensamento econômico a que normalmente Hayek é normalmente identificado. Neste ano o austríaco Carl Menger publicou seu livro *Princípio de Economia Política*, que apresenta uma resposta para o paradoxo da água e do diamante. A solução apresentada por Menger era que o valor na verdade era subjetivo – dependia do quanto as pessoas estavam dispostas a pagar por um determinado produto. Conclusões similares seriam levantadas na mesma época por outros economistas, como Léon Walras e William Jevons. Todavia, diferentemente de Jevons, que acreditava que a economia poderia ser puramente matemática, Menger defendia uma abordagem mais lógica e dedutiva, ainda que não defendesse um racionalismo total.

A obra de Menger acabou sendo usada como uma forte crítica à economia Marxiana e ao socialismo de maneira geral: se os valores são subjetivos, torna-se difícil falar em mais-valia e exploração do trabalhador pelo patrão. Um dos estudiosos de Menger, Eugene von Böhm-Bawerk, o “Marx burguês” segundo o economista austro-americano Joseph Schumpeter (2016), expandiu a teoria de Menger para os juros, procurando demonstrar que valorizamos mais bens presentes que bens futuros, o que justificaria a

remuneração daqueles que emprestam dinheiro. Os consumidores não apenas determinariam o quanto vale cada produto: são eles também que definiriam o quanto deve ser produzido. Os empregados receberiam dos patrões menos que o valor final dos produtos porque este teria utilizado parte de sua poupança e corrido riscos na hora de investir no novo negócio. A exploração capitalista perante o proletariado apontada por Marx, portanto, não existiria para Böhm-Bawerk.

Tanto as teorias de Menger quando as de Böhm-Bawerk tiveram inicialmente uma recepção bastante hostil, pois desafiavam os ensinamentos não apenas do “pai da Ciência Econômica” Adam Smith e dos economistas clássicos, mas também da Escola Historicista Alemã, dominante naquela região. Os marxistas de Viena viam Böhm-Bawerk como grande adversário, acreditando que ninguém ainda havia feito críticas tão contundentes ao seu mestre até aquele momento. Com o tempo, contudo, a maior parte dos economistas passou a acreditar que os marginalistas estavam corretos, e a Teoria do Valor Trabalho caiu em desuso.

A defesa mais radical até então pelo *laissez-faire* por parte da Escola Austríaca veio de um professor de Hayek, Ludwig von Mises, chamado por seus colegas europeus como “O Último Cavaleiro do Liberalismo” (Hulsmann, 2011). Aluno de Böhm-Bawerk, Mises também desenvolveu uma nova crítica ao socialismo, afirmando que os preços não surgiriam nesse sistema, que seria o fim da economia racional. De fato, a teoria hayekiana do uso no conhecimento na sociedade parece ser bastante similar à de Mises (ver na seção seguinte).

Mises criticou praticamente qualquer tipo de ação estatal que não fosse unicamente a defesa da segurança e dos cidadãos, além de defender pontos polêmicos como o padrão ouro e um imposto de renda que não fosse progressivo. O austríaco também desenvolveu uma epistemologia bastante singular, a *Praxeologia*, ou lógica da ação. Na prática a Praxeologia rejeita qualquer tipo de estudo econômico que utilize matemática, testes de hipóteses ou conclusões *a posteriori*. Para Mises ciências sociais devem utilizar apenas axiomas e um racionalismo radical para derivar novos axiomas e conclusões,

especialmente o *axioma da ação humana* (seres humanos agem). A realidade e os seres humanos, escreve o austríaco, são complexos demais para serem seus comportamentos “testados” e a economia matemática é inútil, enquanto a história econômica tem pouco a ensinar sobre fatos novos. A Ciência Econômica seria para Mises, portanto, uma ciência lógico-dedutiva.

Nos anos na década de 1920, a escola de pensamento de Mises estava bastante ligada à corrente dominante da economia e, segundo o próprio, as diferenças entre os economistas eram mais pontuais. Entretanto, foi justamente seu radicalismo metodológico e sua defesa estrita do liberalismo econômico numa época em que o consenso econômico era muito mais estatista acabaram por empurrar a Escola Austríaca num considerável ostracismo. No entanto, com o Nobel de Hayek em 1974, e com as economias mundiais enfrentando severas crises nas últimas décadas que seriam segundo alguns autores explicadas por suas teorias, o interesse em Mises e na Escola Austríaca tem sido maior nos últimos tempos.

Durante a Segunda Guerra Mundial Mises, de origem judaica, viu-se obrigado a emigrar da Europa continental para os Estados Unidos. Dando aula na Universidade de Nova York, Mises conheceu outro de seus mais famosos alunos, Murray Rothbard. Rothbard continuaria o desenvolvimento econômico da Escola Austríaca acrescentando também a ela uma teoria ética e política que pregaria pelo fim da existência de qualquer Estado.

Hoje, a Escola Austríaca desenvolve-se em dois ramos: o Hayekiano e o Rothbardiano. O primeiro tem como membros economistas como Israel Kirzner, Peter Boettke, Peter Leeson, George Reisman, Bruce Caldwell, Randall Holcombe, e especialmente na George Mason University, conhecida também por ser a casa dos vencedores do Prêmio Nobel James Buchanan e Vernon Smith. Já o ramo Rothbardiano permanece vivo especialmente no Ludwig von Mises Institute (LvMI,) em Auburn, Alabama. O LvMI foi fundado pelo próprio Rothbard com a ajuda de Lew Rockwell e da viúva de Mises, Margit, e tem hoje como alguns de seus membros notáveis Walter Block, Robert Murphy, Hans-Hermann Hoppe, Joseph Salerno, Jesús Huerta de Soto,

Pascal Salim e Ron Paul, duas vezes pré-candidato pelo Partido Republicano dos Estados Unidos.

3.2 Hayek e a economia

É verdade que a teoria econômica de Hayek e a economia *mainstream* divergem tanto em algumas de suas conclusões quanto na sua epistemologia e método de pesquisa. Isso não quer dizer, contudo que ambas sejam incompatíveis. Segundo o economista neoclássico americano Bryan Caplan (2004), “Se Hayek estiver correto, a corrente principal da economia apenas precisa ajustar seu foco”.

O economista austríaco não se via como um defensor intransigente do capitalismo *laissez-faire*. Segundo o austríaco, a fé cega no *laissez-faire* teria feito muito mal à sua ideologia, e novas saídas devem ser sempre pensadas. Hayek também afirmava que o “argumento liberal não defende deixar as coisas ao léu; ele favorece fazer o melhor uso possível das forças da competição como meio para coordenar o esforço humano. Ele é baseado na convicção de que, onde se puder criar concorrência de verdade, esta é a melhor forma de guiar os esforços individuais. Ele enfatiza que para a concorrência ser benéfica, é necessário um arcabouço legal cuidadosamente bem arquitetado.” (1978a).

Também é incorreta a ideia de que Hayek acreditava que todo e qualquer tipo de planejamento central levaria ao socialismo e à servidão. Segundo em uma carta ao economista neokeynesiano americano Paul Samuelson, que Hayek culpava por ter levantado esta hipótese, “sequer haveria necessidade de fazer esse tipo de alerta caso o planejamento fosse invariavelmente levaria à servidão, pois a própria população perceberia e não permitiria tal coisa (2007 p 27).

Em 1945, um ano depois de O Caminho da Servidão, Hayek publica “O Uso do Conhecimento na Sociedade” pela revista *The American Economic Review*, continuando a exploração do tema do planejamento central. Aqui,

contudo, sua defesa foi mais sobre a racionalidade desse planejamento e menos sobre sua moralidade. Toda atividade econômica, argumenta Hayek, é uma forma de planejamento. A questão aberta é *quem* deve planejar -, se uma autoridade deve fazer o planejamento central, ou se ele deve ser dividido entre os indivíduos na sociedade. Trata-se, em outras palavras, da velha disputa entre a mão do Estado e da mão invisível do mercado.

O planejamento central, argumenta Hayek, significa direcionar os esforços da economia para um caminho específico. O outro seria a competição, em que várias pessoas seguiriam seu próprio caminho. Haveria ainda o meio termo: a delegação do Estado para a iniciativa privada da execução do plano. O sistema mais eficiente seria aquele que consegue utilizar melhor o conhecimento disponível.

Este conhecimento encontra-se dispersa na sociedade. Todas as pessoas sabem melhor que as demais acerca de suas próprias preferências. Trata-se de uma informação impossível de ser coletada, até por mudar a todo o momento, influenciada pelo tempo, pelo local e pelas circunstâncias. Mesmo se fosse possível coletar toda essa informação, enviá-la a todo o momento para a autoridade central e esperar uma decisão necessitaria de ainda mais tempo, tornando-a desatualizada por sua dinamicidade.

Preços não se formariam livremente sem essas informações, impedindo a existência da economia racional. A única forma de saber se sua empresa está lucrando ou levando prejuízo, o quanto ela deve produzir e se deve cortar custo é através dos preços.

Quanto mais complexa a sociedade, mas descentralizada a informação se torna. O desenvolvimento e o planejamento descentralizado andariam lado a lado. O único argumento suficientemente segundo Hayek para se seriamente defender o planejamento não seria sua eficiência na produção, mas sua melhor capacidade de alocar de forma igual os recursos. Os economistas da universidade americana George Mason Tyler Cowen and Alex Tabarrok utilizaram o episódio O Cérebro de Spock da série de televisão *Jornada nas Estrelas* para demonstrarem a dimensão do problema: nem mesmo o cérebro

do Spock, personagem conhecido por sua extrema Inteligência, era capaz de controlar e saber o que era melhor para toda a população.

O argumento Hayekiano é visivelmente inspirado no *Problema do cálculo econômico*, levantado 25 anos antes por Ludwig von Mises mentor de Hayek na Universidade de Viena, que argumenta que, se o valor é subjetivo, os preços não se formam no socialismo, cabendo ao Estado calculá-los num esforço computacional impossível.

A recepção de *O Uso do Conhecimento na Sociedade* foi amplamente adotada pela economia mainstream, tornado-se o seu artigo com mais citações acadêmicas.

O sucesso de *O Caminho da Servidão* e *O Uso do Conhecimento na Sociedade* não impediram que Hayek caísse no ostracismo nas décadas seguintes.

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi uma época de crescimento econômico exuberante nos países capitalistas ocidentais. O “consenso keynesiano”, nomeado assim por conta de seu principal nome, o britânico John Maynard Keynes era visto como a principal causa desse crescimento. Sua principal referência é o livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicado em 1936, três anos após o fim da Grande Depressão.

Diferentemente dos economistas liberais, Keynes eram mais cético com relação ao livre-mercado defendia uma maior participação do Estado na economia, especialmente durante os tempos de crise. Para Keynes, o Estado deveria, em momentos em que a capacidade ociosa alta, expandir a demanda.

Em momentos de crise econômica, quando o desemprego está alto, o consumo diminui. Com isto, os empreendedores não veriam motivo para investir. Esta falta de investimentos, por sua vez, escreve o economista britânico, impediria o crescimento econômico e a geração de novas vagas. Como a tendência nestes casos é de deflação e boa parte das estruturas capazes de produzir e atender a demanda, como fábricas e infraestrutura, o Estado pode estimular o crescimento da demanda sem que inflação se torne um problema severo. Keynes recomenda, contudo, políticas contracionistas em

momentos de estabilidade econômica, argumentando que a deterioração da moeda é a forma mais eficaz de destruir o capitalismo.

Os argumentos do economista de Cambridge não convenceram Hayek. Para o austríaco, os governos foram capazes de diminuir seu gasto quando a economia melhora, resultando em um crescimento econômico e geração de empregos artificial, como base na inflação. Para Hayek, a inflação era como segurar um tigre por sua cauda: caso você o solte, ele o devorará. Entretanto, caso o tigre decida correr, aquele que o segura terá um fim igualmente triste e doloroso. Não deve haver tolerância com este fenômeno: ele corrói o poder de compra e os investimentos que criariam de fato empregos e riqueza perene. Quanto mais se espera para controlá-la, mais grave será a crise.

É importante lembrar aqui que o entendimento de Hayek sobre o que é a inflação não é simplesmente o aumento dos preços, mas sim o aumento da oferta de moeda.

Mesmo se os governos forem capazes de fazer a contração necessária nos tempos de bonança, a expansão monetária defendida por Keynes traz mudanças de preços descoordenadas. Se no socialismo os preços não se formariam, em ambientes de inflação (aqui utilizando a definição austríaca da palavra) eles seriam muito imprecisos e não determinariam a real vontade da maioria da população.

Durante boa parte do pós-guerra, Hayek foi relativamente pouco ouvido mesmo no meio acadêmico, e passou a escrever sobre filosofia política. Foi nesta época, contudo, que *Os Fundamentos da Liberdade*, foi escrito. Paralelamente, os demais membros da Mont Pèlerin Society desenvolviam estudos que tentavam apontar os problemas e limitações da teoria Keynesiana, tentando buscar uma saída pelo livre-mercado.

O próprio Keynes faleceu apenas um ano após o fim da Segunda Guerra Mundial e não participou do debate, ficando a cargo de outros intelectuais, como o sueco Gunnar Myrdal, o canadense John Galbraith e o americano Paul Samuelson, de responder a Hayek e seus colegas.

No início dos anos 70, a maré virou. Com uma grave crise econômica de 1973, o Keynesianismo passou a ser cada vez mais contestado, a defesa do livre mercado volta a ser a corrente dominante da economia, e as ideias desenvolvidas pela Mont Pèlerin Society por mais de 20 anos ganharam força tanto na academia quanto na política.

Em 1974, já aposentado da sala de aula, mas ainda muito ativo. Hayek é laureado com o Prêmio Nobel de economia por seu trabalho na teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos econômicos, sociais e institucionais. O prêmio foi dividido com o sueco Gunnar Myrdal, um Keynesiano convicto com opiniões radicalmente diferentes do austríaco. Segundo a Fundação Nobel “Hayek concluiu que o conhecimento e a informação de vários atores só podem ser totalmente utilizados em uma economia de Mercado descentralizada, com livre-concorrência e preços livres”. As conclusões desse artigo publicado quase 30 anos antes são visivelmente aquelas que culminaram no seu prêmio.

Ao contrário do que muitos acreditam, Hayek não era radicalmente contra a existência de empresas estatais. Em *Os Fundamentos da Liberdade* (p. 333), Hayek argumenta:

"É muito difícil garantir que um empreendimento público será realizado nas mesmas condições de um empreendimento privado; e somente se este requisito for atendido, em princípio, tal empreendimento não será condenável. Sempre que o governo usar qualquer um de seus poderes coercitivos, particularmente seu poder de taxação, a fim de criar uma margem de vantagem para seus empreendimentos, pode transformá-los em verdadeiros monopólios. Para evitar isso, seria necessário que todas as vantagens especiais, incluindo subsídios, que o governo concede aos seus próprios empreendimentos em qualquer campo também fossem acessíveis a empresas privadas competitivas. Não é necessário enfatizar que seria extremamente difícil para o governo satisfazer tais condições e que a posição geral contrária aos empreendimentos estatais ficaria assim consideravelmente fortalecida. Mas isto não significa que todo empreendimento do Estado deva ser excluído de um sistema de livre mercado. Evidentemente, ele deve ser mantido dentro de rígidos limites; a liberdade poderá estar seriamente ameaçada, caso uma parcela muito grande

da economia caia sob o controle direto do Estado. O que não se admite não é a empresa estatal em si, mas o monopólio estatal."

Em outras palavras, Hayek acreditava que o problema não era o Estado empresário em si, mas sim os incentivos exclusivos para as empresas estatais. Uma empresa estatal poderia existir, contanto que jogasse pelas mesmas regras das empresas privadas. Obviamente isto também não inclui qualquer tipo de serviço do Estado. Hayek não era, afinal, um anarquista, e acreditava que o Estado ter o monopólio do uso da força, mas apenas o monopólio da força.

O austríaco não está aqui afirmando que toda regulação da atividade privada seja ruim. Deve-se julgar se o custo que essas regulações criam uma externalidade negativa menor que seus efeitos positivos.

Outra contribuição de Hayek para a economia, a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (TACE) por outro teve uma recepção mista. Mesmo economistas bastante simpáticos ao livre-mercado, como Milton Friedman, que acreditava que a teoria "causou muito dano ao mundo" (1998), e Bryan Caplan (2004) levantaram questionamentos sobre a teoria tanto no âmbito teórico quanto com relação aos resultados empíricos.

Segundo a esta teoria, tempos prolongados de juros baixos aumentam a oferta de moeda em detrimento da poupança e do investimento, fundamentais para o crescimento. O crescimento seria artificial insustentável e necessitaria de um período de ajuste em que a oferta de dinheiro contrairia, normalmente resultando em uma recessão.

Para seus defensores, praticamente qualquer crise econômica nos últimos cem anos pode ser explicada ao menos em parte pela TACE. Já seus adversários criticam o *timing* da teoria, afirmando que seus adeptos apenas afirmam que haverá crises econômicas sem, contudo, dizer quando – Uma afirmação quase trivial, visto que todos os economistas concordam que, cedo ou tarde haverá uma crise. O aumento do crédito também não é explicação suficiente para os críticos da TACE: vários outros fatores podem ser mais preponderantes para uma crise. Ainda assim, além de seu estudo sobre o conhecimento disperso, sua teoria sobre os ciclos econômicos foi a outra razão que levou Hayek ao Nobel.

Em 1976, dois anos após ser laureado com o Nobel, Hayek lança o livro *Desestatização do dinheiro*. Neste breve livro, Hayek defende a saída total do Estado do sistema monetário, defendendo que as moedas na prática compitam entre si no mercado.

A ideia é tida como radical mesmo por autores mais pró-mercado que Hayek, e nenhum país ainda a pôs em prática. No entanto, tem sido apontado por alguns que a ideia de moedas digitais como o Bitcoin, funciona, na prática, de forma parecida com o que foi proposto por Hayek.

3.3 Hayek e a filosofia política

Antes de começarmos a analisar a filosofia política de Hayek, é importante notar que o autor divide a origem do liberalismo em duas escolas, a inglesa e a francesa. No caso inglês, o liberalismo surgiu num país que já era livre para os padrões da época, resultando em uma teoria empírica e não sistêmica baseada na interpretação dos autores acerca das instituições imperfeitas que os cercavam. No caso francês, o liberalismo surgiu em uma sociedade absolutista, e seus pensadores desenvolveram uma teoria majoritariamente especulativa e racionalista, baseada na construção de uma utopia - que foi frequentemente tentada sem êxito. Ao longo do tempo, a diferença entre as duas tradições foi se tornando cada vez mais confusa.

No âmbito prático, Hayek argumenta que o grupo inglês encontra a essência da liberdade na espontaneidade e na ausência de coerção. Já o francês acreditaria que a liberdade seria encontrada apenas na busca do ideal coletivo. Para Hayek, a escola francesa assumiu o papel de protagonismo com a homogeneização das duas culturas, ainda que esta estivesse “simples completamente incorreta” (1960, p. 112).

As leis seriam criadas e mudadas de forma gradativa ao longo dos anos, não por um, mas por muitos homens no liberalismo inglês. Os liberais ingleses apoiariam, portanto instituições que surgiram gradualmente pela ordem

espontânea; não foram pensadas de cima para baixo, assim como a própria evolução na biologia.

Já para os pensadores liberais franceses, É Esparta, não Atenas ou a Roma republicana o ideal de liberdade. Ela é hostil ao tradicionalismo, e não crê que há um motivo para que as instituições atuais tenham tomado os contornos atuais.

Embora tenha apontado problemas na democracia, que segundo ele, poderia colocar em xeque a liberdade caso a opção da maioria fosse pelo fim do Império da Lei, Hayek a entende como melhor sistema. Para que não cair em uma “democracia totalitária”, Hayek defendeu limitações no funcionamento deste sistema, sugerindo regras bastante rígidas para a manutenção do Estado de Direito. Com regras fixas, a população sabe como o governo irá se comportar. A simples vontade de maioria e a busca obsessiva pelo igualitarismo (exceto perante a lei) seriam caminhos breves para a tirania e a servidão, forçando seus defensores a adotar métodos que em outras ocasiões rejeitariam imediatamente. Os legisladores devem agir como “jardineiros cuidando das condições necessárias para suas plantas”, não como “um pintor, que pode dar asas à sua imaginação” (ibidem p. 132).

Em relação à desigualdade, Hayek entendia que a luta contra esta era o mais sério argumento a favor do planejamento central. Por outro lado, suas conclusões também iam contra o igualitarismo absoluto: uma sociedade livre e democrática segundo ele não poderia ser totalmente igual. Seres humanos não são iguais, e ser livre para escolher significa aceitar as consequências de decisões erradas.

O ceticismo político de Hayek com relação a mudanças pode dar a entender que o autor era um conservador. De fato, o austríaco via-se como um “velho whig Burkeano” (ibidem, p. 531) em relação ao partido político Whig, que filósofo Edmund Burke, tido como o pai do conservadorismo, fazia parte. Hayek passou a utilizar o termo especialmente após a palavra “liberal” ter passado a definir a esquerda nos Estados Unidos e em outros países. Hayek, entretanto, rejeitou também esse rótulo, afirmando que ser um defensor das liberdades individuais era de fato progressista.

Qual seria a classificação no espectro político de Hayek? Um liberal clássico? Um Neoliberal? Um conservador? Um “velho whig”, como o mesmo se via? Ou até “social democrata moderado” (Hoppe, 2011)? Todos estes já foram utilizados para a descrição do pensamento do pensador austríaco. Teriam sido os esforços do autor para não cometer a falácia do escocês de verdade em vão? Em diversos momentos, Hayek aparenta ser uma figura bastante confusa, e seus escritos frequentemente se contradizem. Vale lembrar que Hayek escreveu seu primeiro trabalho na década de 1920, pouco antes da crise de 1929, quando o capitalismo estava desacreditado, e publicou seu último livro em 1988, quase 60 anos depois, quando o comunismo estava no leito de morte e as medidas keynesianas não se mostravam capazes de responder uma série de problemas. Em outras palavras, Hayek viveu em mundos bastante diferentes ao longo de quase um século, cada qual com suas demandas.

Também não parece ser possível aferir com certeza quais as medidas de fato seriam apoiadas num “mundo ideal” segundo Hayek. Em seu *postscript* de Os Fundamentos da Liberdade, Hayek afirma ter feito diversas concessões, especialmente as relacionadas à terceira parte do livro, focada ao Estado de Bem-Estar social, por puro pragmatismo, admitindo ser pessoalmente contra elas. Quais seriam exatamente essas concessões é algo que o texto não revela. Não obstante, o pragmatismo adotado pelo livro parece ter ajudado na volta de Hayek para o debate e na ascensão das ideias neoliberais durante décadas seguintes. Em uma discussão justamente sobre pragmatismo no Partido Conservador, a primeira ministra britânica Margareth Thatcher teria posto um exemplar de Os Fundamentos da Liberdade em uma mesa e afirmado que “Isto é o que nós acreditamos” (Hayek Center).

Finalmente, da mesma forma que, como vimos Hayek não via o planejamento econômico como algo que seria em toda e qualquer circunstância ineficiente economicamente, é importante lembrar que incorreta a ideia de que o autor acreditava que qualquer tipo de planejamento central levaria ao totalitarismo. Hayek não era, afinal, um anarquista, e entendia que o Estado deveria desempenhar uma série de funções. Sua grande crítica era ao estado imprevisível e sua defesa era ao império da lei. O Estado, segundo Hayek, teria

duas funções: prover uma estrutura para o mercado e prover serviços que o mercado não pode fornecer.

O quanto não apenas o Brasil, mas todo o mundo está longe do ideal político de Hayek? O próprio autor nos deu uma pista em uma série de aulas ministradas no Cairo durante a década de 1950:

“A principal razão que me fez abordar meu assunto historicamente é alertar sobre como toda a estrutura do poder governamental já mudou, o quão pouco a posição legal mesmo nos países mais livres ainda corresponde aos ideais e conceitos que nós já discutimos” (Hayek, 1960, p. 7).

A visão ética de Hayek é com relação à soberania da propriedade privada é, contudo, menos radical que a de outros autores que se situam no espectro liberal. O já mencionado filósofo americano Robert Nozick afirma que:

“Nossa principal conclusão é sobre o Estado é que um Estado mínimo, limitado às estreitas funções de proteção contra a força, roubo, fraude, cumprimento de contratos, etc, é legítimo, mas que um Estado maior violará os direitos das pessoas de não serem forçadas a fazer certas coisas, e é ilegítimo” (2011).

O economista americano Murray Rothbard defende uma forma de anarquismo de mercado. Rothbard afirma que o Estado “O estado, de fato, realiza muitas funções importantes e necessárias: da provisão da lei ao fornecimento da polícia e de bombeiros, da construção e manutenção das ruas à entrega de correspondências. Mas isto de forma alguma, demonstra que apenas o estado pode realizar estas funções ou que ele de fato as realize toleravelmente bem.” (2010, p. 2013) e que “o livre-mercado é totalmente incompatível com o Estado” (2009, p. 1056).

Rothbard ainda vai mais além, afirmando “odiar o estado”, que seria o “inimigo da humanidade”. Em seu entendimento, o Estado é uma instituição criminosa, e “se, (...) o imposto é compulsório e, portanto, indissociável de roubo, logo o Estado, que subsiste pelos impostos, é uma enorme organização criminosa muito mais impiedosa e bem-sucedida do que qualquer máfia ‘privada’ da história” (2010, p. 237).

Diversos outros filósofos e economistas, tais como Spencer (1851), Bastiat (2011) e Rand (2012) também defenderam sistemas com um Estado menor que Hayek, chegando a crer que o Estado só deveria prover a segurança e justiça. Outros, como Boettke (2011), David Friedman (1973), filho de Milton Friedman, vencedor do Prêmio Nobel em Economia, e Molinari (1849) decidiram que o Estado não deveria sequer cuidar disso, chegando a conclusões similares às de Rothbard. Hayek inclusive foi criticado por suas concessões, afirmando que elas legitimariam outras concessões para outros adversários a defesa de um estado maior na forma de “até Hayek defende uma política social na área X”.

A revisão sobre as ideias liberais, especialmente as de F.A. Hayek encontra-se ainda longe do fim. Durante restante o trabalho esse tema voltará, quando necessário, especialmente quando formos analisar as políticas sociais implantadas por Fernando Henrique Cardoso em seu governo.

4. O Plano Real e o Governo FHC

“Os políticos raramente apoiarão qualquer política que escolheram quando quiserem; em vez disso, eles farão o que eles acham que podem fazer sem arriscar a derrota eleitoral, dado o ambiente político momentâneo moldado por ideias, movimentos sociais e sensibilidades sociais.”

-Joseph G. Lehman, 2010.

4.1 Antecedentes: o Plano Real e a estabilização da moeda no Brasil

Durante o governo Itamar Franco, no início dos anos 1990, a economia brasileira encontrava-se em frangalhos. A situação em Brasília era de uma grave crise institucional seguida de um impeachment menos de dez anos após o fim de um regime militar. Os governos Sarney e Collor fracassaram em conter a inflação. A ineficiência econômica, as denúncias de corrupção e um impeachment punham em xeque a capacidade dos eleitos em governar.

Após uma série de trocas de comando, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso assume, em maio de 1993 o Ministério da Fazenda com o objetivo de abaixar a galopante inflação do Brasil. Faziam parte da equipe montada pelo novo ministro diversos economistas com bom trânsito tanto no mercado e na academia, tais como Gustavo Franco, Pêrsio Arida, Edmar Bacha e Pedro Malan. Esta confiança depositada tanto do novo ministro quanto na sua equipe deu credibilidade ao governo de Itamar, ao passo que a ideia de um novo choque, como os que haviam sido feitos pelos governos anteriores, foi descartada.

A primeira etapa do plano da equipe era abrir espaço para uma política fiscal efetiva, que permitisse maior desvinculação das receitas. Para isso, foi criado, durante a Revisão Constitucional de 1993, o Fundo Social

de Emergência (FSE). Foram também anunciadas uma de uma série de reformas, como a continuidade das privatizações. A sexta moeda em menos de dez anos, o Cruzeiro Real, entra em circulação. Cortes consideráveis na área da saúde e da educação foram feitos, de 43% e 25% respectivamente.

Em março de 1994, uma nova moeda, ainda não contaminada pela inflação e indexada ao dólar foi criada. Esta moeda, chamada Unidade Real de Valor (URV) invertia a lógica anterior: ao invés de o governo indexar todos os preços, apenas um, o da própria moeda, foi definido e atrelado ao Dólar, enquanto a outra moeda corrente absorvia a maior parte da inflação .

Num período politicamente conturbado e de polarização, FHC renunciaria no final de março para concorrer à presidência, deixando o Ministério da Fazenda aos cuidados do diplomata Rubens Ricupero. Pouco tempo depois, o URV se tornaria a única moeda corrente no país, e seu nome seria trocado para Real. A inflação mensal, que chegou a quase 50% ao mês em junho de 1994, cai para dois dígitos no mês seguinte. Esta diminuição da inflação abriria espaço para novas políticas que resultariam em uma redução de 70% da taxa de pobreza do Brasil nos quinze anos seguintes.

Com o lançamento do Plano Real, após décadas de inflação alta e baixo crescimento econômico, a economia brasileira finalmente poderia caminhar para a estabilidade. No entanto, muito trabalho ainda deveria ser feito pelo próximo governo para garantir que estas conquistas não fossem em vão. O câmbio não poderia permanecer indefinidamente indexado ao dólar, como a experiência de outros países demonstraria. Boa parte dos fatores que ajudaram a criar o colapso econômico da época anterior, tais como estatais com programas de investimento perniciosos, ainda se encontravam presentes no país, e um mecanismo legal, que não permitisse que futuros governos populistas emitissem moeda sem lastro e de forma irresponsável para bancar seus gastos ainda não existia no Brasil.

4.2 FHC como presidente

Aproveitando a popularidade do Plano Real, que trouxe estabilidade econômica após mais de uma década ao Brasil, Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994 ainda no primeiro turno, tomando posse no ano seguinte. FHC acreditava que o Brasil não era um país subdesenvolvido, mas um país injusto e propunha como prioridade emprego, agricultura, segurança, saúde e educação. Ainda assim, a estabilidade dos preços foi a área que o novo presidente deu mais ênfase.

Para que a estabilização do Plano Real não se mostrasse efêmera, o governo FHC buscou a consolidação o chamado “tripé macroeconômico”, constituído pelo regime de metas de inflação, metas fiscais e câmbio flutuante. Para perseguir este objetivo, o câmbio passou a ser flutuante. A subordinação da política monetária à defesa do regime cambial então vigente deu lugar às metas de inflação.

Foram privatizadas no período empresas como a Vale e a Telebras. Boa parte dos bancos estaduais foi igualmente privatizada ou liquidada. As privatizações contribuíram para o aumento do caixa do governo, impedindo, no primeiro momento, a explosão da dívida pública e do déficit em conta corrente, mas o déficit primário crescia e no longo prazo não havia alternativa a elas na geração de receita.

O argumento de que, no futuro, estas estatais pagariam em impostos mais que seu lucro durante as privatizações, tornando-as uma nova forma de financiamento do aparato estatal brasileiro, não foi esquecido nas análises da época. Contudo, a principal razão das privatizações foi a necessidade, o que significa que de fato elas se tornaram uma nova forma de financiamento para o Estado brasileiro. Este argumento não foi esquecido nas análises da época, mas a principal razão das privatizações foi a necessidade.

Se entre os governos Collor e Itamar foram privatizadas 33 empresas gerando 8,6 bilhões de dólares em receita e 3,3 transferindo 3,3 bilhões de dólares em dívidas, apenas no primeiro mandato governo FHC 80 empresas foram privatizadas, somando 60 bilhões dólares de receita e a transferência de 13,3 bilhões em dívidas. O montante diminuiu o déficit em conta corrente do país, o que permitiu o prolongamento do sucesso do Plano Real com o aumento do investimento direto.

Em janeiro de 1999, foi adotado o regime de câmbio flutuante. O choque, feito por um governo que havia passado a eleição anterior pregando a estabilidade monetária, não foi bem recebido pela população.

Mesmo tendo mais musculatura que estas outras economias na época, o governo tentou antes um caminho gradual para a adoção. Em 1998, a crise fiscal na Rússia, contudo, culminou no calote, que levou o mercado a fechar-se para os países tidos como emergentes, ainda que o presidente reeleito e sua equipe tivessem bom trânsito entre os órgãos financeiros internacionais. Em menos dois meses, as reservas internacionais do Brasil encolheram em 30 bilhões de dólares. Este fechamento forçou o governo a optar pelo caminho do “choque”.

Em dezembro, um novo pacote de austeridade foi rejeitado pelo congresso; no mês seguinte, com as reservas do país derretendo em um bilhão por dia, o país se viu forçado a adotar o abruptamente o câmbio flutuante. Como resultado, a moeda desvalorizou, os juros dispararam e a dívida pública saltou 10% em apenas um mês. Até balança comercial, que poderia se beneficiar com a alta do dólar, acabou em déficit.

Apesar de tudo, a transição cambial brasileira foi aparentemente muito bem-sucedida. Segundo o economista francês Michel Camdessus “o Brasil promoveu a mudança de regime cambial mais bem-sucedida entre todos os países emergentes”, opinião compartilhada por Fábio Giambiagi (2002). México, Rússia, Coreia do Sul e demais países asiáticos que fizeram a transição no mesmo período e normalmente viram uma retração no PIB superior a 5%, com e uma inflação que superou com muita folga os dois dígitos. O investimento externo no país estava em alta, especialmente por

causa das privatizações. A inflação permaneceu controlada e o crescimento do PIB foi ligeiramente positivo, contrariando previsões do próprio governo, que previa um tobo entre 3% e 4%. Até mesmo a meta fiscal foi cumprida no ano de 1999. No final do ano, o risco Brasil, que alcançou em janeiro 1800 pontos, estava na margem dos 800 pontos.

Também em 1999, foi adotado pela primeira vez o regime de metas de inflação. A ideia era relativamente recente, e começou a ser discutida com mais seriedade apenas em meados daquela década em meios acadêmicos. As metas de inflação têm como função a coordenação de expectativa para os agentes econômicos e mercado financeiro e como um guia de transparência para a política monetária: quanto mais próximo do centro da meta, mais bem-sucedida está sendo esta política. Em outras palavras, as metas de inflação funcionam não apenas como uma forma de controlar este imposto, mas também como uma forma de *accountability*.

Em junho de 1999, momento em que o pior da crise cambial discutida anteriormente já tinha passado, o BC, cujo presidente era Armínio Fraga, anuncia as metas de inflação para 1999, 2000 e 2001. Fraga destacou as seguintes características da nova política:

- Trata-se de uma meta do governo, e não do BC. Com isto, desejava-se demonstrar a seriedade e o comprometimento com o cumprimento das regras.
- O intervalo de tolerância seria de 2 pontos percentuais, para baixo ou para cima.
- O índice utilizado para medir a inflação seria o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).
- Não haveria revisão das metas posteriormente.
- O BC se comprometeria a divulgar os chamados “relatórios de inflação” com informações sobre a economia do país e justificativas para as ações tomadas.

Para resolver o problema da falta de dados necessários, foi criado pelo BC um departamento de pesquisas, que geraria as informações necessárias para que a meta fosse cumprida.

Em 2001, foi aprovada a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF). A LRF serve como um código de conduta para servidores dos três poderes e das três esferas de governo e tem como objetivo melhorar as contas públicas e controlar os gastos da máquina pública brasileira. Para atingir estes objetivos, a nova lei estabeleceu limites à capacidade de endividamento dos entes federados, fixou limites para despesas com pessoal e passou a exigir a criação de metas fiscais trienais para o controle das despesas e receitas.

A LRF também proibia a criação de despesas contínuas que não indicassem a origem de seus recursos ou que não reduzissem despesas já existentes e criava novos mecanismos de controles de gastos durante os anos eleitorais.

Essas reformas permitiram ao país gerar superávit primário na área fiscal, ajustar o déficit em conta corrente e reduzir uma queda sensível da inflação. Entretanto, a economia também apresentou alguns números negativos: o desemprego aumentou substancialmente durante o período, e os juros se mantiveram entre os mais altos do mundo.

O sucesso ou fracasso do governo FHC na condução da economia é motivo de polêmica. O país cresceu menos e com mais inflação, desemprego e juros mais altos que o governo Lula. No entanto, alguns autores afirmam que boa parte deste crescimento foi devido a uma série de fatores que independiam do petista, tais como cenário externo favorável, demografia, além do compromisso do novo governo em manter os pilares macroeconômicos conquistados durante o governo anterior.

Com relação ao Neoliberalismo, o próprio presidente rejeitou o rótulo de logo em seus primeiros dias de governo, afirmando que quem diz isso agia de “má-fé”.

FHC também demonstra sua insatisfação com o Liberalismo no geral em seu Plano Diretor da Reforma do Estado, publicado em 1995 (p. 14):

A Primeira Grande Guerra Mundial e a Grande Depressão foram o marco da crise do mercado e do Estado Liberal. Surge em seu lugar um novo formato de Estado, que assume um papel decisivo na promoção do

desenvolvimento econômico e social. A partir desse momento, o Estado passa a desempenhar um papel estratégico na coordenação da economia capitalista, promovendo poupança forçada, alavancando o desenvolvimento econômico, corrigindo as distorções do mercado e garantindo uma distribuição de renda mais igualitária.

Percebe-se a rejeição não apenas da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos, explicação dada por Hayek e pela Escola Austríaca para a crise de 1929, mas também da teoria monetarista, fornecida pelos economistas de Chicago Milton Friedman e Anna Schwartz, uma das mais aceitas pelo mainstream econômico hoje. A rejeição da TACE vem acompanhada também de uma tomada de partido daquele que foi um dos principais adversários do austríaco, o economista britânico John Maynard Keynes.

O texto também afirma que a resposta neoliberal para as crises enfrentadas durante as décadas de 1970 e 1980 foi “inadequada” e “irrealista” por ser “utópica” . FHC então propõe uma terceira solução: a “reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar finanças públicas” (ibidem, p 16).

Os métodos propostos pelo presidente propostos pelo presidente de fato apontam para um meio termo entre as duas opções anteriores. Se por um lado o “ajustamento fiscal duradouro” é algo que dificilmente Hayek discordaria, por outro não é fácil imaginá-lo defendendo “(...) uma política industrial e tecnológica que garanta a concorrência interna e crie condições para o enfrentamento da competição internacional” (ibidem p 17).

A Reforma da Gestão Pública foi capitaneada pelo Ministério da Administração Geral e Reforma do Estado (MARE). Seu objetivo era contribuir para a formação no Brasil de um Estado Forte e eficiente. Suas dimensões eram segundo Giambiagi (2011):

a) uma dimensão institucional-legal, voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais;

b) uma dimensão gestão, definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores – a administração por resultados, a competição administrada por excelência, e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; e

c) uma dimensão cultural, de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial.

5. Políticas sociais no governo FHC e Os Fundamentos da Liberdade.

“Defendo um Estado pequeno e forte e o que me parece é que o que vocês têm no Brasil é exatamente o inverso, ou seja, um Estado grande e fraco”.

Margaret Thatcher, ao ser questionada se o Brasil precisaria de um Estado maior que o Reino Unido por seus problemas sociais. Revista Exame, 2013.

5.1 As políticas sociais no contexto analisado

Durante a segunda metade da década de 1990, o Brasil via-se num dilema de difícil solução: a necessidade de um amplo ajuste que permitisse uma estabilização duradoura da economia (ver seção 3.2) e um marco legal consideravelmente estatizante no que diz respeito aos direitos sociais.

Os principais problemas das políticas sociais segundo o próprio governo eram a falta de planejamento e coordenação, a superposição de competências entre entes federados, prioridade indefinidas, baixa capacidade redistributiva e falta de critérios transparentes para alocação de recursos e de mecanismos de controle mais modernos. Para combater esses problemas foram concebidas durante o período uma série de reformas para políticas sociais, ainda que nem todas tenham sido implantadas. A estratégia seria avançar na descentralização das políticas e estabelecer parcerias com o setor privado, lucrativo ou não.

Qualquer governo eleito estaria engessado à Constituição de 1988, que garante diversos direitos sociais aos cidadãos e deveres ao Estado. O Artigo 6 da constituição prevê, por exemplo, como direitos sociais, “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. No ano 2000, foi incluída a moradia. Durante o governo Lula e

Dilma foram incluídos, respectivamente, alimentação e transporte entre esses direitos.

Cardoso e Jaccoud enumeram como mudanças significativas da nova constituição na área de deveres sociais do Estado os seguintes seis pontos:

- A instituição da Seguridade Social como sistema básico de proteção social, articulando e integrando as políticas de seguro social, assistência social e saúde;
- O reconhecimento da obrigação do Estado em prestar de forma universal, pública e gratuita, atendimento na área de saúde em todos os níveis de complexidade; para tanto, o texto constitucional prevê a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), sob gestão descentralizada e participativa;
- O reconhecimento da assistência social como política pública, garantindo direito de acesso a serviços por parte de populações necessitadas, e direito a uma renda de solidariedade por parte de idosos e portadores de deficiência em situação de extrema pobreza;
- O reconhecimento do direito à aposentadoria não integralmente contributiva (ou seja, parcialmente ancorada em uma transferência de solidariedade) dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar;
- O reconhecimento do seguro desemprego como direito social do trabalhador a uma provisão temporária de renda em situação de perda circunstancial de emprego.

Promulgada um ano antes da queda do Muro de Berlim, não seria uma surpresa se, caso fosse mais recente, a nova constituição tivesse um caráter mais liberal.

Com relação aos gastos em áreas sociais no governo FHC, eles cresceram expressivamente no primeiro mandato. Segundo Castro e Cardoso (2009), esses gastos cresceram 22% neste período, mas apenas em 1999, primeiro ano de seu segundo mandato, devido ao choque do real (ver seção 4.2), houve uma queda significativa, de pouco menos de 220 bilhões de reais

para pouco mais de 210 bilhões. Os gastos subiram lentamente nos três últimos anos do segundo mandato, insuficientemente para cobrir a queda de 1999. Em 2002, o chamado Gasto Social Federal (GSF) era 21% maior que em 1995 segundo Cardoso e Jaccoud (2009), cerca de 1% a menos que o pico de 1998. Com relação ao GSF per capita, o aumento foi de 11% no final do período, mas tendo chegado em 17% em 1998.

Essencialmente, os argumentos Hayekianos se dividem em duas frentes: se a política é ou não condizente com o ideal de liberdade por ele defendido e se ele é economicamente eficiente e viável.

O volume dos gastos não é, portanto, muito útil para avaliar uma eventual consonância das ideias de Hayek com as políticas públicas implantadas no Brasil no período. Ainda que o livro seja em alguns pontos consideravelmente abstrato, em *Os Fundamentos da Liberdade* Hayek propõe soluções normativas para vários dos problemas enfrentados por governos no mundo atual. Não é apresentada uma solução ordinal, i.e., o governo deve gastar mais com X que com Y, mas sim uma proposta normativa, i.e., o governo deve fazer X, mas não Y. Hayek não discute, por exemplo, um valor para a renda mínima ou sobre a previdência, mas sim se suas existências são desejáveis ou não.

A seguir, serão estudadas quatro áreas das políticas sociais no período (previdência, saúde, educação e assistência social), bem com as ideias contidas em *Os Fundamentos da Liberdade*, e uma comparação entre os dois pontos.

5.2 Previdência

O plano de reforma do Estado de FHC defendia uma reforma da previdência. Esta reforma foi feita em 1998, último ano de seu primeiro mandato pela EC 20. A emenda instituiu, dentre outras modificações, a idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres no serviço público estatutário, além de um tempo mínimo de 35 anos para homens e 30 para

mulheres que quiserem se aposentar. Foi também criado o fator previdenciário: aqueles que se aposentarem mais tardiamente receberão mais.

Para Hayek, o problema da previdência, considerada por ele o principal problema da maioria dos países ocidentais (O Reino Unido e o seu sistema de saúde sendo a notável exceção) é culpa do próprio governo. Este, através de uma série de políticas desastradas, geraria problemas como a inflação, que impediria os mais jovens de pouparem e terem como se sustentar quando não conseguirem mais trabalhar. O resultado é um ciclo vicioso: os mais velhos precisam de sustento, os mais jovens trabalham e pagam o sustento dos mais velhos, e por isso não conseguem poupar. O problema vai se agravando quando o governo deixa de dar o “mínimo” para dar o “adequado”.

Contra a existência da previdência pública, Hayek afirma que, no fim, os mais velhos dependerão da caridade dos mais jovens e profetiza um futuro sinistro, ainda não visto: que aqueles incapazes de se manter sozinhos um dia acabariam em campos de concentração quando os mais jovens não pudessem mais sustenta-los.

Não houve nenhuma medida para a privatização total da Previdência social, i.e., o fim da participação estatal na previdência. Não é, portanto, possível afirmar que na questão da previdência, o governo FHC possa ter tentado aplicar as ideias de Hayek.

5.3 Educação.

Uma característica do governo FHC foram seus esforços para alcançar à universalização do ensino básico. Sem dúvida, esta universalização chegou bem perto de acontecer no final do seu governo. Em 2003, 97,2% da população entre 7 e 14 anos estava na escola. Não há nenhuma razão para crer que Hayek não veria esse número como positivos. Seus estudos inclusive concluíram que é necessário para o funcionamento de uma democracia liberal

que a população fosse minimamente instruída. No entanto, é bastante provável que o austríaco discordasse fortemente do método empregado.

Em 1996, foi publicada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, relatada pelo antropólogo Darcy Ribeiro, na época senador pelo PDT do Rio de Janeiro. Ainda que o político e seu partido estivessem na oposição no período, a lei foi sancionada pelo presidente com apenas cinco vetos (estes seriam incluídos em leis ulteriores).

O artigo quarto da lei, que previa os deveres do Estado para com a educação definia dentre outros pontos a: Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria bem como a: “Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”.

A lei aprovada vai justamente à contramão daquilo que Hayek defende em *Os Fundamentos da Liberdade*: a obrigatoriedade da educação. Em sua obra, o autor afirma que nas escolas é sempre feito um juízo de valor acerca dos conteúdos. Ainda que não considere esse juízo algo ruim, Hayek argumenta que o governo, uma instituição que deve se manter ideologicamente neutra não pode patrocinar tal coisa. Há também um alerta para o risco de doutrinação de valores nas salas de aula. Se o governo administra escolas e define os currículos, ele pode definir o que os alunos aprenderão como correto, dando pouca margem para a divergência. Como exemplo dessa doutrinação, Hayek cita a segregação racial nos EUA, patrocinada pelos estados nas escolas, que a ensinavam como algo positivo.

Não obstante, o economista austríaco pondera sobre como, caso seja obrigatória, a educação pública deve funcionar. O resultado permanece distante do que foi deliberado em 1996. Hayek entende ser razoável o sistema de vouchers, proposto por Milton Friedman na década de 1950. Segundo Friedman (1984), o sistema de vouchers funciona da seguinte maneira:

Imagine que seu filho frequente uma instituição pública de ensino fundamental ou médio. Isso tem um custo, na média, (...) de cerca de dois mil dólares por ano (em 1978) para cada criança matriculada. Se você tira seu filho

de um colégio público e o manda para um particular, você poupa aos contribuintes um gasto em torno de dois mil dólares por ano – mas você não ganha nada com essa economia, exceto na medida em que ela é repassada aos contribuintes; (...). Você tem que pagar a taxa do colégio particular, além dos seus impostos – um forte incentivo para manter seu filho em um colégio público.

Suponha, no entanto, que o governo lhe tenha dito “se você nos desobrigar da despesa de dar educação formal ao seu filho, você receberá um (...) papel resgatável em determinado valor dinheiro se, e somente se, for usado para pagar o ensino de seu filho (...)”.

Ainda que a lei incluía as instituições de ensino privado como parte dos sistemas federais, municipais e estaduais, não é mencionado pela lei nada acerca do sistema de vouchers no ensino. Ao garantir a gratuidade do ensino médio e superior, incluíam-se apenas as instituições públicas; não há nenhum movimento para que o governo retire alunos das escolas públicas e pague a eles mensalidade das escolas particulares.

Durante o governo FHC foi criado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que concede financiamentos à estudantes de graduação matriculados em instituições não gratuitas. Se por um lado o FIES segue a mesma lógica do sistema de voucher proposto para a educação básica por Friedman e que Hayek se mostrou simpático, não há nos escritos dos dois autores nada afirmando que o ensino superior poderia também contar com vouchers.

O austríaco, contudo, alertava para a importância da independência dos trabalhos acadêmicos e o risco que interferências externas, especialmente com relação ao financiamento, que crescentemente ficava dependente de verbas estatais já em sua época. Em 2015, o orçamento previsto do FIES chegou a 12,5 bilhões de reais, bastante superior ao orçamento das universidades federais no mesmo ano, de pouco menos de 8,9 bilhões. É possível argumentar que, sob uma ótica hayekiana, esse valor coloca em risco a independência perante o governo das instituições receptoras dos recursos.

Também não houve durante o período nenhuma tentativa de privatizar as universidades federais, que recebem dinheiro público. Por outro lado, o número de matrículas nestas instituições pulou de cerca de 690 mil em 1994 para mais de 1.05 milhão em 2002.

Não foi, contudo, verificada nenhuma menção acerca da Curva de Heckman, que demonstra os rendimentos decrescentes dos investimentos educação a cada ano. Em outras palavras, as externalidades positivas do investimento estatal na educação superior seriam menores que seu custo, tornando este gasto ineficiente, enquanto investimentos na educação de base se pagariam, pois os cidadãos minimamente educados produzem mais, pagando mais impostos e gerando riqueza.

A política de educação básica do período aparenta ser bastante distante do que Hayek aprova em Os Fundamentos da Liberdade. Na questão do ensino superior, Hayek não afirma ser um defensor dos vouchers, mas aparenta ser contra o financiamento público desse nível da educação, pois acredita que há um risco de estas instituições serem cooptadas pelo governo.

5.4 Saúde:

Segundo Reid (2010), existem essencialmente duas formas de sistemas de proteção social, que se aplicam também ao sistema de saúde, além de um sistema misto. O Primeiro, o modelo Bismarckiano, recebendo o nome do chanceler prussiano Otto von Bismarck. Este modelo, criado no final do século XIX, e tem caráter contributivo. Tanto os empregadores quanto empregados contribuem para seu financiamento. Seu uso é, contudo, restrito àqueles que contribuem, visando a manutenção da renda dos trabalhadores. O segundo é o modelo Beveridgiano, nomeado assim em homenagem ao economista britânico William Beveridge, que projetou o National Health Health Service (NHS), sistema de saúde público do Reino Unido. Seu financiamento ocorre por meio de impostos, e não contribuições, mantendo um acesso universal. Em outras palavras, a saúde nesse sistema é financiada da mesma forma que a polícia ou

a burocracia estatal. A maioria, embora não necessariamente todos os hospitais, clínicas e consultórios seriam mantidos pelo governo.

Hayek se coloca como um ferrenho opositor ao modelo de Beveridge, afirmando que o conceito “não possui relação com a realidade” (1960, p. 422) e que conseguiria, no máximo “fornecer o baixo padrão médio de serviço para todos” (ibidem, p. 423).

A saúde pública, segundo Hayek, é baseada em duas suposições. A primeira é que “as necessidades médicas são normalmente de um caráter mensurável” e que as necessidades médicas “podem e devem ser satisfeitas em qualquer caso sem nenhuma preocupação econômica” (ibidem, 421). A segunda é que esse serviço é viável porque um serviço médico de qualidade “normalmente resulta na restauração da eficiência econômica” do usuário e “se pagaria” (ibidem, p. 421). Ambas estariam, segundo o economista austríaco, “fundamentalmente incorretas” (ibidem, p. 421).

Para Hayek, não existe parâmetro objetivo para julgar o esforço necessário em casa caso de saúde; e com o avanço da medicina, ficaria evidente que não há um teto de quanto se gastar para manter um doente “rentável” para que esta devolva os gastos para a sociedade. O problema é agravado quando a medicina empregada foca menos em aliviar o sofrimento e/ou prolongar a vida do paciente do que em restaurar a capacidade de trabalho do paciente. Isto levaria, segundo o autor a uma ineficiência econômica do sistema ainda maior. Em outras palavras, pessoas fora da população economicamente, como idosos e doentes terminais seriam um gasto muito grande bancado justamente para aqueles que, em tese, menos usam o serviço, como jovens saudáveis. Hayek afirma também que o grupo financiador também é aquele que em hospitais *públicos* (ênfase do autor) o que mais enfrenta filas. Estas filas seriam maiores, pois a prioridade é justamente daqueles que estão mais doentes e não contribuem tanto. O economista também se coloca como um forte opositor de um sistema único de saúde gratuito, apontando para sua irreversibilidade: uma vez implantado, o sistema dificilmente pode ser desmantelado, e caso a política fracasse, dificilmente poderá ser substituída.

Hayek termina sua crítica aos sistemas públicos de saúde afirmando “há tantos problemas com a nacionalização da medicina que é impossível mencionar mesmo apenas os mais importantes. Mas há um em que a gravidade o público percebeu escassamente e que é, provavelmente, o de maior importância. A transformação inevitável dos médicos, que eram membros de uma profissão liberal primariamente responsável por seus pacientes em servidores estatais, oficiais que são necessariamente sujeitos a instruções da autoridade e que devem abrir mão do seu dever de sigilo quando a autoridade está interessada” (ibidem, p. 424). Hayek estava preocupado, em outras palavras, sobre como o governo utilizaria o conhecimento de problemas íntimos seus cidadãos acerca da saúde, afirmando que é temerário dar mais poder aos governos e aos governantes, citando o caso russo como exemplo.

Apesar de todas essas críticas, o austríaco aparenta defender um crescente aumento do serviço de saúde, afirmando inclusive reconhecer a força dos argumentos da possibilidade de um modelo compulsório, como já ocorre na maioria dos países desenvolvidos que adotam o modelo Bismarckiano, como a Suíça.

No Brasil, a saúde pública tem traços Beveridgeanos no que diz respeito ao seu financiamento e sua universalidade. Contudo, apesar do nome, o Sistema Único de Saúde não é “único”, pois a rede particular ainda existe e não é universal, como num sistema verdadeiramente único – a chamada “saúde suplementar”.

Durante o governo FHC, várias inovações referentes ao financiamento da Saúde Pública foram feitas, todos fortalecendo o caráter do modelo Beveridgeano no Brasil.

No ano 2000, foi promulgada a Emenda Constitucional 29. Esta emenda deu maior estabilidade ao financiamento do SUS. Especialmente, o projeto aprovado estabeleceu patamares mínimos de aplicação de recursos da União, dos estados e dos municípios na manutenção do SUS, reforçando o caráter distributivo da Constituição.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi uma tributação criada no período sob a justificativa de aumentar os recursos para a saúde. Apesar do nome, a CPMF era na prática um imposto, fortalecendo, portanto, o modelo Beveridgeano de financiamento.

Dentre outras medidas importantes, pode ser citada a promulgação da Lei dos Transplantes e Órgãos em 1997 e a criação da Central Nacional de Transplantes, em 2001. A lei previa uma lista única de espera, tratando com isonomia aqueles em que poderiam voltar a trabalhar e aqueles com saúde precária, que o transplante pouco poderia ajudar. Conforme vimos, Hayek acreditava que aqueles que possuem mais capacidade de continuar mantendo o sistema, deveriam ter prioridade.

Em 1990, durante o governo Collor, foi aprovada a Lei Orgânica da Saúde. Dois capítulos foram acrescentados a essa lei durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique. A primeira, a Lei Nº 9.836, aprovada em setembro de 1999, expandia o SUS em comunidades indígenas. A segunda é a Lei 10.424 de abril 2002, que estabelece o atendimento domiciliar e a internação domiciliar no âmbito do SUS. Ambas são claramente medidas beveridgeana, pois expandem o acesso a um sistema público e distributivo.

Se por um lado o governo FHC não cogitou o fim nem do sistema público universal nem do sistema particular suplementar, suas medidas estão mais próximas do modelo Beveridgeano que do Bismarkiano, que Hayek aparenta ser mais favorável. As leis e projetos aprovados foram, via de regra, na direção do aumento do sistema público que expande pontos criticados por Hayek, especialmente na parte do financiamento.

5.5 Assistência social

A Constituição de 1988 reconheceu a assistência social como política pública, dando garantia ao direito de acesso a serviços à população necessitada, bem como a uma renda aos idosos e portadores de deficiência

em situação de pobreza extrema. A merenda escolar foi também garantida. Como efeito, após promulgação da Constituição a Assistência social começa a se institucionalizar, e sua consolidação continuou durante a década de 90. O acesso por via da necessidade, contudo, permaneceu como uma característica dominante do sistema.

Em maio de 1999, foi promulgado por FHC o decreto N° 3.048. Este decreto definia assistência social como “política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Também foi publicada em 1999 a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB-SUAS), que disciplina o fluxo de recursos e o processo de habilitação de Gestores Estaduais e Municipais, além de estabelecer competências das Comissões e dos órgãos descontrolado social, que são os Conselhos de Assistência Social (CRAS). Os destinatários da Assistência Social para a LOAS deveriam ser os grupos populacionais em condições de vulnerabilidade, em condições de desvantagem pessoal e situações circunstanciais e conjunturais.

Durante o segundo governo FHC, foram criadas diversas políticas de transferência de renda, tais como o Bolsa-Escola em 2001, o Bolsa-Alimentação, no mesmo ano, e o Auxílio-Gás, em 2002. Os beneficiados eram famílias cuja renda era de meio salário mínimo per capita.

Ao final de 2002, as políticas de assistência social e combate à pobreza no Brasil incluíam três categorias de políticas públicas: as políticas de assistência social, as políticas de alimentação e nutrição, e as Ações diretas de Combate à Pobreza via transferência de renda. No grupo da assistência social, as políticas principais eram Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Serviço de Ação Continuada (SAC), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Brasil Jovem. No grupo da alimentação e nutrição, os principais programas eram a Merenda Escolar a Distribuição Emergencial de Alimentos e assistência Alimentar e Combate a Carências. Já no grupo das ações de combate à pobreza via transferência de renda, destacavam-se o

Bolsa-Escola Federal, o Bolsa-Criança Cidadã, o Bolsa-Alimentação, o Bolsa Renda, o Auxilia-Gás e o Agente Jovem.

Hayek acredita que a solução para os problemas econômicos como pobreza seria a existência de um sistema que conceda o mínimo uniforme para todas as necessidades comprovadas. O austríaco também crê que, quando viável, é justa a existência de um seguro desemprego seja garantida, e que o valor pago seja um reflexo dos riscos de cada profissão.

As medidas criadas pelo governo FHC forneciam unicamente o básico para sobreviver: 15 reais mensais por filhos, aproximadamente 50 reais ajustados em 2018, com o limite de três beneficiados por família, além de alimentação. As ideias aparentam estar condizentes com as opiniões de Hayek em *Os Fundamentos da Liberdade*. O austríaco voltaria ao tema em sua trilogia *Law, Legislation and Liberty* (1978b), afirmando que esta renda ajudaria a permitir uma sociedade verdadeiramente livre.

6. Considerações finais

“Se você sempre acreditou que todos devem jogar pelas mesmas regras e serem julgados pelos mesmos padrões, você teria sido rotulado como um radical há 60 anos, um liberal há 30 anos e um racista hoje em dia.”

Thomas Sowell (1998)

Com relação às políticas sociais analisadas, em apenas uma das áreas, a Assistência Social, está em consonância com o que Hayek defendia em *Os Fundamentos da Liberdade*. Argumentou-se no texto que, tirando em alguns pontos, como na política monetária, Hayek não era o liberal radical que alguns acreditam, defendendo a participação do Estado em diversas áreas, além de ser pragmático e aceitar em várias outras intervenções. Pode-se argumentar, e o próprio austríaco talvez fosse concordar, que a maioria das suas ideias não foram praticadas em lugar algum, ou se foram, isto ocorreu mais de um século atrás. No entanto, aqueles que entendem que o período FHC foi um governo marcado pelo neoliberalismo na área das políticas sociais, terão de procurar outro autor que defenda ideias diferentes para justificar sua tese.

Mais estudos são exigidos para saber em qual modelo de welfare state (se liberal, conservador ou social-democrata, para utilizar a versão de Esping-Andersen em *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, de 1990) foi perseguido pelas políticas da época. Pode-se afirmar, contudo, que não foi o modelo defendido por Hayek.

Os impactos da conjuntura econômica nacional e internacional da época e Constituição vigente sem dúvida tiveram impacto: o primeiro, pró-liberalismo, o segundo contra, mas nenhum dos dois parece ser o determinante para não ter havido deliberação consonante com o modelo de *Os Fundamentos da Liberdade*, visto que as ideias contidas no livro acerca dessas políticas não foram sequer debatidas. É verdade que uma política que transformasse o Sistema de Saúde brasileiro ou a Previdência Social em modelos Hayekianos esbarraria em diversos artigos de uma Constituição parcialmente rígida e

provavelmente traria custos eleitorais consideráveis ao menos no curto prazo, mas seja por isto ou por uma questão ideológica, tais medidas não fizeram em nenhum momento parte da agenda de governo vigente.

Eventuais novos estudos mais abrangentes devem-se lembrar de que o pensamento do Neoliberalismo, apesar de diverso, tem suas raízes e seu tronco na Mont Pèlerin Society, fundada pelo austríaco.

7. Bibliografia

FLEW, Antony: Thinking About Thinking: Do I Sincerely Want to Be Right?, Londres: Collins Fontana, 1975. P. 47

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. (2000) "A crise brasileira de 1998/1999: Origens e consequências". In: Texto para Discussão BNDES nº 77. BACEN. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

BASTIAT, Frédéric. La Loi. Paris: Institut Coppet, 2011.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BACKHOUSE, Roger .The Penguin History of Economics. Londres: Penguin, 2002.

BOETTKE, Peter J: Anarchism and Austrian Economics. In New Perspectives on Political Economy, Vol. 7, No. 1, pp. 125-14. Fairfax: George Mason University, 2011.

BOETTKE, Peter J, COYNE Christopher J.The Oxford handbook of Austrian economics. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BOETTKE, Peter J., LEESON, Peter Austrian School of Economics 1950–2000". In Warren Samuels; Jeff E. Biddle; John B. Davis. A Companion to the History of Economic Thought. Blackwell Publishing. Hoboken Wiley-Blackwell, 2006.

BRASIL, Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996

BRASIL, Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Brasília, 1997

BRASIL, Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Brasília, 1998

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Reforma Gerencial. Documents and works on the Brazilian public management reform. Brasília: MARE, 1995.

CAPLAN, Bryan Why I Am Not an Austrian Economist. Fairfax: George Mason University, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Plano diretor da reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Governo Federal, 1995.

CASTRO JA, CARDOSO Júnior JC. Políticas Sociais no Brasil: Gasto Social do Governo Federal de 1988 a 2002. In: IPEA. A questão social e as políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA; 2005.

CARDOSO Jr, J.C.; JACCOUD, L. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005, p. 181-260.

CARRASCO, V.; MELLO, J. M. P.; DUARTE, I. A década perdida: 2003-2012. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC-RIO, 2014

CARVALHO, J. C., GIAMBIAGI, F. As Metas de Inflação: Sugestões para um Regime Permanente. In: Revista de Economia Política, vol. 22, nº. 3. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CHRISTO, Dirce C. Evolução do desemprego no Brasil de 1995 a 2010: análise dos governos FHC e Lula. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS, 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. The Three Worlds of Welfare Capitalism. Princeton: Princeton University, 1990.

FRANCO, G. "A crise fiscal da união: Diagnóstico e apontamentos para uma Lei das Finanças Públicas", in G. Franco, O Plano Real e Outros Ensaio. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1995

FRIEDMAN, D. The Machinery of Freedom. Chicago: Open Court Publishing Company, 1973.

FRIEDMAN, M. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).

FRIEDMAN, M. On Classical Liberalism. Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=EAIObIL0538> Acessado em 20 de novembro de 2018.

FRIEDMAN, M. Entrevista ao site da revista Barron's, em 1998. Disponível em <https://www.barrons.com/articles/SB903738915698011000> Acessado em 20 de novembro de 2018.

FUKUYAMA, Francis. The End of History and the Last Man. Nova York: Free Press, 1992.

GIAMBIAGI, Fábio: 2022: Propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, Fábio (org.): A economia brasileira nos anos 90 1. Ed. – Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

KAVANAGH, Dennis. The Postwar Consensus," Twentieth Century British History. Oxford: Oxford University Press, 1992

KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Editora Atlas, 1982.

HAYEK, Friedrich. The Constitution of Liberty: The Definitive Edition. The University of Chicago Press. 2011

HAYEK, Friedrich. The Road to Serfdom: The Definitive Edition. Chicago: The University of Chicago Press. 2007

HAYEK, Friedrich. Law, Legislation and Liberty. Chicago. University of Chicago Press. 1973.

HAYEK, Friedrich. The Use of Knowledge in Society. Pittsburgh: The American economic review. 1945

HAYEK, Friedrich. The Fatal Conceit. The Collected Works of F. A. Hayek. Chicago: University of Chicago Press, 1988

HAYEK, F. A. Carta à revista London Times em 3.08.1978.

HAYEK Facts. Nobel Foundation.

<https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1974/hayek/facts/>

Acessado em 20 de novembro de 2018.

HAYEK Interviewed by William Buckley in 1977 at Firing Lane. Disponível em:

<http://hayekcenter.org/?p=5117> Acessado em 20 de novembro de 2018.

HAYEK CENTER: Quotes on Hayek & the Triumph of the Liberal Order disponível em: <http://www.hayekcenter.org/friedrichhayek/qs-20th.htm> acessado em 25/11/2018

HEILBRONER, Robert. A História do Pensamento Econômico. São Paulo: Nova Cultural. 1996

HOPPE. Hans-Hermann. Why Mises (and not Hayek)? Auburn: Mises Institute, 2011.

HULSMANN, Georg Guild. Mises: The Last Knight of Liberalism. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2007

IPEA, Idealizador do IPEA, Roberto Campos completaria cem anos. Disponível em

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29863 acessado em 28 de novembro de 2018.

LIBERALISM is the most successful idea of the past 400 years. Londres: The Economist, 2017. Disponível em:

<https://www.economist.com/books-and-arts/2018/01/27/liberalism-is-the-most-successful-idea-of-the-past-400-years> Acessado em 20 de novembro de 2018

LODEWIJKS J.4 A TORTUOUS MAZE OF TERMINOLOGY ". In Warren Samuels; Jeff E. Biddle; John B. Davis. A Companion to the History of Economic Thought. Blackwell Publishing. Nova York: Wiley Press, 2003.

LEHMAN, Joseph. An Introduction to the Overton Window of Political Possibility, 2010. Disponível em <https://www.mackinac.org/12481> acessado em 28 de novembro de 2018.

MANKIWI, Gregory. Introdução à Economia 2ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

MENGER, Carl, Investigations into the Method of the Social Sciences, with Special Reference to Economics, ed. Louis Schneider, tradutor Francis J. Nock. Nova York: New York University Press, 1985.

MENGER, Carl. Principles of economics. Ludwig von Mises Institute. Auburn. 2007

MERQUIOR, José Guilherme. , O Liberalismo – Antigo e Moderno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MIROWSKI, Philip. The Road from Mont Pèlerin. Cambridge: Harvard University Press, 2009

MOLINARI, Gustave. De La production de la securité. Paris: Journal des Economistes, 1949.

Mont Pèlerin Society, The. Disponível em <https://www.montpelerin.org> acessado em 20 de novembro de 2018

MURPHY, Bob. Hayek's Plan for Private Money. Auburn: Mises Institute, 2005.

MISES, Ludwig von: Ação Humana. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2010.

MISES, Ludwig von: O Cálculo Econômico sob a Ótica do Socialismo. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2011.

MISES, Ludwig von: Liberalismo. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2011.

MISES, Ludwig von: Socialism: An Economic and Social Analysis. New Haven, Yale University Press, 1951.

NEGRÃO, João José de Oliveira. O Governo FHC e o Neoliberalismo. São Paulo. PUC-SP. 2013

NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

NISKANEN, William A. Reaganomics: An Insider's Account of the Policies and the People. Oxford University Press, 1988

OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. São Paulo: Tempo Social, 2003.

PRATES, Marcos: Oito frases que Margaret Thatcher já disse sobre o Brasil. Revista Exame. São Paulo, 2013.

- RAND, Ayn. A Revolta de Atlas. São Paulo: Editora Arqueiro, 2012.
- RAWLS, John. A Theory of Justice. Cambridge: Harvard University Press, 2000
- REID, T.R. The Healing of America: A Global Quest for Better, Cheaper, and Fairer Health Care. Londres: Penguin Books, 2010.
- ROTHBARD, Murray. Man, Economy and State with Power and Market (The Scholar's Edition). Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2009.
- ROTHBARD, Murray. A Ética da Liberdade. São Paulo: Instituto Mises Brasil, 2010.
- SCREPANTI, Ernesto: Na Outline of the History of Economic Thought. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SELIGMAN Ben. Principales Corrientes de la Ciencia Ciencia Economica Moderna. Barcelona: Oikos-Tau, S.A. Ediciones, 1967.
- SHENOY, Sudha R. A Tiger by Tail. Londres: The Institute of Economic Affairs, 2009.
- SOWELL, Thomas. A few assorted thoughts about sex, lies and human race. Fort Lauderdale: Tribune Publishing, 1998.
- SPENCER, Herbert. Social Statistics or, The Conditions Essential to Human Happiness. Londres: John Chapman, 1851.
- SILVEIRA, Ramais de Castro. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC. Campinas: Revista Senso Incomum, 2009.
- WILLIAMSON. John. A Short History of the Washington Consensus. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2004.